

# Relatório de Auditoria Anual de Contas



Presidência da República

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

## **Unidade Auditada: SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RFB NA 1A RF**

Exercício: 2014

Município: Brasília - DF

Relatório nº: 201502924

UCI Executora: SFC/DE/DEFAZII - Coordenação-Geral de Auditoria da Área  
Fazendária II

---

## **Análise Gerencial**

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201502924, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre a prestação de contas anual apresentada pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - 1ª Região Fiscal (SRRF/1ª RF).

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 20/05/2015 a 20/07/2015, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

O Relatório de Auditoria encontra-se dividido em duas partes: Resultados dos Trabalhos, que contempla a síntese dos exames e as conclusões obtidas; e Achados de Auditoria, que contém o detalhamento das análises realizadas. Consistindo, assim, em subsídio ao julgamento das contas apresentadas pela Unidade ao Tribunal de Contas da União – TCU.

### **1. Introdução**

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) é um órgão específico, singular, subordinado ao Ministério da Fazenda. A RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF) que se subordina diretamente ao Secretário.

A SRRF 1ª RF é uma unidade descentralizada, cujo objetivo é desempenhar funções táticas e operacionais, sob o comando central da Receita Federal do Brasil-RFB.



O escopo das análises refere-se aos itens do Anexo IV da DN-TCU-140/2014 abaixo relacionados:

- Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão;
- Avaliação dos indicadores de Gestão da UJ;
- Avaliação da Gestão de Pessoas;
- Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ;
- Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário;
- Avaliação dos Controles Internos Administrativos; e
- Avaliação da Política de Acessibilidade.

Cabe registrar que, apesar de a SRRF 1ª RF jurisdicionar os Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e o Distrito Federal, além de ser responsável pela supervisão das unidades locais sob jurisdição da respectiva região Fiscal: Delegacias, Inspetorias, Alfândegas e Agências, as análises se restringiram a execução ocorrida no âmbito da Unidade Gestora 170018, Superintendência Regional na 1ª Região.

Dessa forma, em acordo com o que estabelece a referida DN, e em face dos exames realizados, foram efetuadas as seguintes análises:

## **2. Resultados dos trabalhos**

### **2.1 Avaliação da Conformidade das Peças**

A partir dos exames referentes ao Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 1ª Região, exercício de 2014, concluiu-se que a Unidade elaborou todas as peças a ela atribuídas pelas normas do Tribunal de Contas da União. Além disso, as peças contemplam os formatos e conteúdos obrigatórios nos termos da DN TCU nº 134/2013, da DN TCU nº 140/2014 e da Portaria-TCU nº 90/2014.

### **2.2 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão**

A avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos e metas físicas e financeiras planejados ou pactuados para o exercício será realizado no âmbito do Órgão Central - RFB, uma vez a Unidade não é responsável direta por Programas e Ações constantes na LOA.

Contudo, como o cumprimento das diretrizes pela UJ contribuem para o alcance das metas e objetivos da RFB, foi analisada a execução financeira/orçamentária pela UJ 170018 – SRRF 1ª RF, não sendo verificada nenhuma irregularidade ou impropriedade que comprometesse o alcance dos resultados almejados.

### **2.3 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ**

Conforme descrito no Relatório de Gestão de 2014 da UJ, o ciclo de Planejamento Estratégico 2012-2015 da RFB possui 21 Objetivos Estratégicos, distribuídos em três perspectivas: Resultados, Processos Internos e Pessoas e Recursos.



Para medir o desempenho dos referidos Objetivos, são utilizados 54 Indicadores Estratégicos no órgão como um todo (incluindo a unidade central e as descentralizadas). Para alguns casos há desdobramento dos indicadores no âmbito das Regiões Fiscais, que por sua vez, são desdobrados nos níveis locais, possuindo então caráter mais operacional. A 1ª Região Fiscal RFB utiliza 27 Indicadores Estratégicos, conforme a relação abaixo.

1. Índice de realização da meta global de arrecadação
2. Índice de adimplência das obrigações acessórias (IAOA)
3. Indicador de atividade de educação fiscal
4. Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação
5. Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes
6. Índice global de desempenho da seleção (IGDS)
7. Índice de Presença Fiscal (IPF)
8. Índice Global de Fiscalização (IGF)
9. Índice global da fiscalização aduaneira (IGFA)
10. Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior (IGES)
11. Índice de solução de consultas
12. Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)
13. Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes
14. Grau de fluidez do despacho de importação
15. Índice de crédito tributário garantido (ICTG)
16. Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira
17. Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)
18. Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento
19. Nível de adequação imobiliária (NAI)
20. Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas
21. Nível de adequação da infraestrutura tecnológica
22. Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)
23. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio
24. Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos
25. Índice de recuperação da cobrança especial (IRC)
26. Índice de temporalidade média de processos de crédito tributário (ITMP)
27. Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira

No relatório de gestão da unidade, no item 4.5, são apresentados o objetivo estratégico que o indicador se propõe a medir, os valores de referência, previsto e observado, a fórmula e uma análise geral dos resultados observados.

Em resumo, 48,15% dos indicadores apresentaram resultado acima do previsto, enquanto 40,74% ficaram abaixo e 11,11% obtiveram igual valor para a previsão e o índice observado. Uma breve análise e os fatores que influenciaram os resultados estão no relatório de gestão da unidade, individualizados por indicador, no item 4.5.



Em 2014, a Coordenação-Geral de Auditoria Interna da Receita Federal do Brasil (Audit/RFB) realizou trabalhos de auditoria com a finalidade de analisar quatro indicadores, em atendimento às recomendações da CGU por meio da Nota de Auditoria nº 201108574/02, de 2011, quais sejam: Grau de fluidez no despacho de importação; Indicador global de fiscalização; Índice de realização da meta global de arrecadação e Tempo médio bruto no despacho de exportação, sendo que somente este último não tem desdobramento no âmbito da 1ª Região Fiscal.

A Audit constatou que, pelo menos, um critério de qualidade dos indicadores analisados está comprometido, como apresentado no Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1 – Critério de qualidade comprometido nos Indicadores avaliados pela Audit**

Objetivo Estratégico	Indicador	Critério de qualidade comprometido
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal.	Indicador Global de Fiscalização.	Validade, Estabilidade e Comparabilidade, Compreensão e Acessibilidade, e Confiabilidade.
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade.	Grau de fluidez do despacho de importação	Compreensão, Validade, Governabilidade e Praticidade.
Aproximar a arrecadação efetiva do potencial.	Índice de Realização da Meta Global de Arrecadação	Validade, Acessibilidade e Confiabilidade.

Fonte: elaborado pela equipe de auditoria a partir dos relatórios finais de Auditoria da Audit/RFB.

Constatou-se, com base nos relatórios das auditorias internas mencionadas e no relatório de gestão da unidade descentralizada, que a fórmula e a apuração dos indicadores avaliados pela Audit seguem as mesmas regras dos indicadores desdobrados no âmbito da 1ª Região Fiscal. Dessa forma, os achados da Audit são aplicáveis aos indicadores observados na UJ. A aplicação das melhorias levantadas em todos os níveis de apuração dos indicadores ocorrerá quando a unidade central realizar as alterações nos indicadores e na sua forma de apuração, em atendimento às recomendações da Audit.

## 2.4 Avaliação da Gestão de Pessoas

Os servidores de carreira da Receita Federal do Brasil abrangem os pertencentes à Carreira de Auditoria (ARFB), ou seja, Auditores-Fiscais e Analistas-Tributários e os pertencentes ao Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda (Pecfaz) em exercício no Órgão.

Com base em dados do Relatório de Gestão exercício 2014, o quadro de pessoal da SRRF01 estava assim constituído ao final de 2014:

**Quadro 2 – Pessoal da SRRF 01 em 2014**

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva em 31/12/2014	Ingressos 2014	Egressos 2014
1. Provimento de cargo efetivo	1.672	146	107
1.1. Servidor de carreira vinculado ao órgão	1.633	146	107
1.2. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0	0
1.3. Servidores requisitados art. 93, §7º, Lei 8.112/90	2	0	0



Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva em 31/12/2014	Ingressos 2014	Egressos 2014
1.4. Outros	35	0	0
<b>Total</b>	<b>1.672</b>	<b>146</b>	<b>107</b>

Fonte: Relatório Gestão SRRF01 2014.

De acordo com o Relatório de Gestão 2014, apesar do maior número de ingressos do que de egressos em 2014, o Órgão está com déficit de pessoal, situação essa agravada pelo crescente número de vacâncias. Dos 107 cargos vagos no ano em questão, 64% ocorreram em função de aposentadoria, fenômeno explicado pelo perfil etário dos servidores do Órgão: mais de 51% desses servidores encontram-se na faixa etária acima de 50 anos e mais de 20% fazem jus ao Abono de Permanência.

Ainda de acordo com o Relatório de Gestão, o atual estudo para distribuição da lotação avalia apenas a demanda de trabalho vinculada aos processos aduaneiros e de tributos internos, mas está em andamento atualização que busca contemplar todos os processos de trabalho executados no Órgão, inclusive aqueles das áreas meio e de atividades tipicamente gerenciais.

Quanto à qualificação e capacitação da força de trabalho, esta é regida pela Portaria RFB nº 128/2013, que disciplina a aplicação da Política de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil. A gestão da capacitação em 2014 na SRRF01 foi orientada para o aprimoramento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos estratégicos da Receita Federal do Brasil.

Na Superintendência Regional da Receita Federal – 1ª Região, a maioria das competências tiveram ações planejadas e executadas em 2014: foram 1.967 participações em ações de capacitação (com repetição). As demandas estratégicas em que houve a maior concentração de esforços foram: Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros, por ser uma área prioritária da instituição; e Gestão de Materiais e Logística, por apresentar alto grau de rotatividade de servidores.

Cabe registrar que a Unidade adota procedimentos de controle para identificar a acumulação indevida de cargos, assim, como exemplo, quando o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências. Em 2014 não foram detectados casos de acumulação indevida de cargos na Unidade.

De acordo com o Relatório de Gestão, a RFB não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira de Auditoria.

Para verificar a conformidade da folha de pessoal, e da concessão de aposentadorias e pensões, foi realizada análise dos registros carregados pelo Sistema de Trilhas de Pessoal na competência de 06/2014, chegando-se aos seguintes atendimentos frente às ocorrências detectadas.



**Quadro 3 – Inconsistências da folha de pessoal e da concessão de aposentadorias e pensões**

<b>Código trilha</b>	<b>Quantidade de inconsistências encaminhadas aos órgãos</b>	<b>Valor das inconsistências encaminhadas aos órgãos</b>	<b>Quantidade de inconsistências respondidas pelos órgãos</b>	<b>Devolução ao erário informada pelo gestor</b>	<b>% de inconsistências justificadas</b>
024	01	193,56	01	11.613,60	100%
029	01	0,00	01	0,00	100%
065A	46	101.732,91	46	0,00	100%
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>101.926,47</b>	<b>48</b>	<b>11.613,60</b>	<b>100%</b>

Fonte: sistema de trilhas de auditoria em 31/12/2014.

De acordo com o quadro anterior, a SRRF01 se manifestou acerca das 48 inconsistências apontadas pelo sistema, gerando um benefício financeiro ao erário de R\$ 11.613,60 de valores a devolver.

As inconsistências encaminhadas à SRRF01 se referem às seguintes trilhas:

**Quadro 4 – Trilhas de auditoria das inconsistências encaminhadas**

<b>Trilhas</b>	<b>Quantidade de inconsistências encaminhadas aos órgãos</b>
<b>024</b> – Pagamento de parcelas asseguradas judicialmente, sem o devido cadastramento no SICAJ.	<b>01</b>
<b>029</b> - Servidores requisitados sem informação do valor da remuneração extra-SIAPE.	<b>01</b>
<b>065A</b> - Servidores que obtiveram devolução de falta com os valores maiores do que o descontado no último ano (1 ano anterior).	<b>46</b>
<b>TOTAL</b>	<b>48</b>

Fonte: sistema de trilhas de auditoria em 31/12/2014.

No que se refere à trilha 065A, identificou-se que os valores apresentados como inconsistências foram descontados dos servidores em setembro de 2012 por motivo de greve e foram devolvidos aos mesmos corretamente após um ano, nos termos do Acordo nº 31/2013 resultante das negociações entre o Governo Federal e o sindicato da RFB. Não houve, portanto, valor pago maior do que o descontado.

## **2.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ**

A análise dos processos licitatórios teve como objetivo verificar a sua adequação às legislações pertinentes, principalmente no tocante à modalidade de licitação adotada, à regularidade da motivação da dispensa e da inexistência, bem como a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental.

A execução orçamentária e financeira da UJ deu-se nas seguintes modalidades de aplicação:



**Tabela 1 – Modalidades de aplicação da execução orçamentária e financeira**

Modalidade	Soma de Valor Liquidado	%
Pregão	1.329.843,20	61,47%
Não se aplica	561.693,24	25,96%
Dispensa	207.283,49	9,58%
Inexigibilidade	32.277,44	1,49%
Suprimento de Fundos	32.307,32	1,49%
<b>Total Geral</b>	<b>2.163.404,69</b>	<b>100%</b>

Fonte: Siafi Gerencial.

Para definição da amostra observou-se que as modalidades de suprimento de fundos e inexigibilidade representavam cada uma menos de 1,5% da despesa executada. Em relação ao item não se aplica, cuja execução representou 9,58% dos gastos, verificou-se que: 85,31% foi aplicado em diária, 9,18 % em ajuda de custo e 5,52% em elementos de despesas diversos. Dessa forma, os gastos dessas modalidades foram excluídas da possível amostra devido à baixa representatividade.

Ao analisar a execução dos processos de dispensa verificou-se que apenas 01 (um) apresentava um valor maior que R\$ 8.000,00. O processo nº 10166.001052/2014-78, cujo valor liquidado foi de R\$157.298,86, refere-se à prestação de serviço de emissão de passagem aéreas nacionais e internacionais. Por apresentar um gasto pulverizado decidiu-se também não analisar as despesas relativas a essa modalidade de licitação.

Dessa forma, a análise ficou restrita aos processos de pregão eletrônico, sendo que a amostra analisada foi definida levando em consideração critérios de materialidade, relevância e criticidade, representando 48,92% da despesa liquidada no exercício.

A partir das análises efetuadas pela equipe de auditoria, verificou-se a devida formalização e regularidade dos processos licitatórios realizados pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 1ª Região, bem como a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental em suas contratações, quando cabíveis.

## **2.6 Avaliação da Gestão do Patrimônio Imobiliário**

A análise da gestão do patrimônio imobiliário da União sob responsabilidade da UJ se restringiu à verificação da adequação do registro no SPIUnet. Dessa forma, verificou-se que os controles nos procedimentos adotados pela Superintendência da Receita Federal da 1ª Região Fiscal na gestão dos Bens de Uso Especial da União sob sua responsabilidade foram insuficientes para evitar inadequações quanto aos registros dos imóveis no referido sistema, pois constatou-se que 38, sendo um sob responsabilidade direta da UJ 170018, estavam com a avaliação vencida.

Conforme consta no Relatório de Gestão 2014, as reavaliações têm sido realizadas e, em geral, o controle do patrimônio imobiliário é feito por meio do Sistema EDIFICA o qual registra, conforme questionário específico, todos os dados da situação de cada imóvel, tanto das condições de utilização quanto da sua parte documental,



permitindo avaliar, individualmente, o Nível de Adequação Imobiliária – NAI que, quando alcança 100 pontos tem-se uma instalação totalmente adequada para utilização ou, quando apurada uma pontuação baixa, poderá indicar a necessidade de intervenções referente a melhorias. Nos controles realizados por meio do EDIFICA há, também, a previsão para inclusão dos dados e demais informações originárias do SPIUnet.

Contudo, após ser cientificada, a Unidade atualizou as informações e, apesar de ainda conter imóveis com data de validade da reavaliação vencida, conforme informado e de acordo com a Portaria Conjunta STN-MF SPU-MPOG nº 703/2014, eles teriam um prazo de cinco anos a contar da publicação da Portaria para realizar a reavaliação dos imóveis sob sua jurisdição.

Ressalta-se que, embora o controle seja realizado em sistema paralelo, a atualização do SPIUnet se faz necessária, pois, por ser o Sistema Integrado de Administração do Patrimônio Imobiliário da União, ele é a principal fonte alimentadora do SIAFI para fins de representar com fidedignidade o balanço patrimonial da Unidade. Além disso, ele é de fundamental importância para se buscar a transparência e dar publicidade quanto à situação dos imóveis da União.

## **2.7 Avaliação dos Controles Internos Administrativos**

A avaliação de controle interno tem por objetivo avaliar em que grau ele assegura, de forma razoável, que a missão, as atividades, os objetivos e metas sejam executados com eficiência, eficácia e efetividade, de maneira ordenada, ética e econômica e em conformidade com as leis e os regulamentos aplicáveis. O controle interno também tem a função de garantir que as informações e os registros produzidos sejam íntegros, confiáveis e estejam disponíveis para apoiar o processo decisório e para o cumprimento das obrigações de prestar contas; bem como a proteção dos recursos e bens de maneira adequada contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

No presente trabalho, a avaliação dos controles internos ocorreu em nível de atividade, ou seja, orientada para as atividades de controle que incidem sobre determinados processos ou operações específicos, avaliando se os controles internos operacionais funcionam de maneira contínua e coerente. Nesse contexto, foi realizada a avaliação dos controles internos instituídos pela Superintendência relativos às atividades de gestão de pessoas, processos licitatórios, gestão do patrimônio imobiliário e da política de acessibilidade.

Observou-se que a Unidade adota procedimentos de controle para identificar a acumulação indevida de cargos. Há a devida formalização e regularidade dos processos licitatórios realizados, bem como a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental em suas contratações, quando cabíveis. Já os controles nos procedimentos adotados pela Superintendência na gestão dos Bens de Uso Especial da União sob sua responsabilidade foram insuficientes para evitar inadequações quanto aos registros nos imóveis no sistema SPIUnet; e quanto à política de acessibilidade na sede da unidade, foram constatadas várias desconformidades nas instalações físicas.

Ante o exposto, verifica-se que os controles internos adotados pela Superintendência, quanto às atividades de gestão de pessoas e de processos licitatórios,



têm se mostrado adequados para possibilitar o atingimento dos objetivos estratégicos da Unidade. No entanto, relativamente à gestão do patrimônio imobiliário e à política de acessibilidade há fragilidades, que não comprometem a gestão da Unidade, uma vez que, para os registros dos imóveis, utiliza-se um sistema paralelo ao SPIUnet, o sistema EDIFICA, onde os registros estão adequados; e, acerca das inadequações de acessibilidade às instalações da Superintendência, a estrutura do próprio prédio e o fato de ser administrado por outro órgão dificultam que a Unidade analisada adeque o edifício.

## 2.8 Avaliação da Política de Acessibilidade

A fim de avaliar a política de acessibilidade da unidade auditada e as medidas adotadas para cumprimento da legislação pertinente verificou-se o grau de adequabilidade do prédio onde funciona a sede da UJ, uma vez que o único imóvel sob responsabilidade da UJ é um galpão.

Nas verificações realizadas na UJ foram constatadas várias inadequações:

- Quanto aos pisos utilizados: inexistência de piso tátil e piso antiderrapante em toda a unidade;
- Circulação interna vertical: inexistência de áreas de resgate com espaço demarcado para o posicionamento de pessoas em cadeira de rodas, os elevadores não oferecem acesso a todos os pavimentos (o acesso ao 11º andar só é possível por meio do uso de escadas);
- Quanto às esquadrias: a porta possui altura inferior à mínima prevista na portaria; as portas não possuem sinalização visual no centro da porta e tátil em relevo e *braille* no lado externo informando o ambiente; as janelas não possuem comandos de abertura o qual permita o alcance manual de usuário de cadeira de rodas;
- Quanto à biblioteca: a altura de utilização das prateleiras está além, acima e abaixo, dos 0,40m e 1,20m do piso acabado e a disposição das mesas e cadeiras dificulta a circulação;
- Quanto ao auditório: apesar de ainda estar em reforma, é possível afirmar que está localizado em pavimento para o qual único acesso possível se dá por meio da utilização de escadas, não foi identificada a previsão de destinação de espaços/assentos destinados a pessoas em cadeira de rodas, pessoas com mobilidade reduzida e/ou pessoas obesas.
- Quanto ao mobiliário: inexistência de aparelho telefônico público adaptado à utilização de usuários de cadeira de rodas, o mesmo ocorre em relação ao balcão de informação; inexistência de planos e mapas táteis e de área ao lado dos assentos fixos destinados à pessoa em cadeira de rodas.

Dois fatores foram citados como dificultadores da adequação da unidade jurisdicionada para que esta possa ofertar plena acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida: a gestão do edifício utilizado é de responsabilidade da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Distrito Federal – SAMF/DF e a própria estrutura do prédio.



Apesar do exposto é possível observar vários pontos positivos na acessibilidade da unidade, dentre eles pode-se citar que: os elevadores são acessíveis em vários aspectos: dimensões, barras laterais e no fundo, espelho, painel de comando em *braille* e sinalização sonora; as áreas de circulação em geral estão dentro do padrão de acessibilidade; está em andamento a adequação de banheiros para portadores de necessidades especiais em todos os andares do edifício, sendo que três já estão prontos para utilização; as entradas são acessíveis; os desníveis no piso são menores que 6 mm; corrimãos, escadas e guarda-corpo em dimensões adequadas. Desse modo, verifica-se um esforço para adequação à política de acessibilidade.

## 2. 9 Ocorrências com dano ou prejuízo

Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

## 3. Conclusão

Eventuais questões formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Os servidores listados a seguir que não tiverem suas assinaturas apostas neste relatório não estavam presentes, quando da geração deste documento, por motivo previsto legalmente. No entanto, atuaram efetivamente como membros da equipe responsável pela ação de controle.

Brasília/DF, 21 de agosto de 2015.

**Nome:**  
**Cargo:** Analista de Finanças e Controle  
**Assinatura:**

**Nome:**  
**Cargo:** Analista de Finanças e Controle  
**Assinatura:**

**Nome:**  
**Cargo:** Analista de Finanças e Controle  
**Assinatura:**

Relatório supervisionado e aprovado por:

\_\_\_\_\_  
Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária II



**1 GESTÃO OPERACIONAL**  
**1.1 Programação dos Objetivos e Metas**  
**1.1.1 ORIGEM DO PROGRAMA/PROJETO**  
**1.1.1.1 INFORMAÇÃO**

**Informação básica das principais Ações executadas pela UJ**

**Fato**

Trata-se das informações básicas das ações as quais, embora a Unidade Orçamentária Responsável seja a 25103-Secretária da Receita Federal do Brasil, foram executadas pela UJ 170018 – SRRF 1ª RF.

**Quadro 5 – Ações executadas pela UJ 170018**

Programa - descrição	Ação (projeto/atividade/O p. Especiais) - descrição	Finalidade	Forma de implementação/ detalhamento	Representatividade
2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda	20VF - Fortalecimento Institucional	Fornecimento à Secretaria da Receita Federal do Brasil de recursos humanos, materiais e tecnológicos capazes de aperfeiçoar e intensificar o exercício das atividades finalísticas da instituição.	Implementação direta, por meio da aplicação de recursos na especialização de recursos humanos, adequação de unidades, modernização de tecnologia e outras áreas de atuação.	46,03%
	2000 - Administração da Unidade	Com a finalidade de constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas, a ação.	Não consta no cadastro.	32,56%
	2237 - Auditoria e Fiscalização Tributária e Aduaneira	Direção, supervisão, orientação, coordenação e execução dos serviços de fiscalização tributária e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos.	Os recursos são utilizados pelas diversas unidades da Receita Federal do Brasil.	18,98%
	2238 - Arrecadação Tributária e Aduaneira	Realização e estruturação das atividades de controle, normatização, arrecadação e fiscalização dos tributos e contribuições federais, inclusive os incidentes sobre o comércio exterior; interpretação e aplicação da legislação fiscal, aduaneira e correlata, bem como edição dos atos normativos e das instruções necessárias à sua execução; assessoramento na formulação da política tributária e aduaneira do país; julgamento, em primeira instância, do contencioso administrativo-fiscal; manutenção administrativa das unidades	Deslocamento de servidores e mobilização de equipe técnica para a realização de trabalhos de normatização, controle e fiscalização visando ao aumento da arrecadação tributária e aduaneira, bem como o funcionamento e manutenção da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB.	1,56%



Programa - descrição	Ação (projeto/atividade/O p. Especiais) - descrição	Finalidade	Forma de implementação/detalhamento	Representatividade
		de Arrecadação Tributária e Aduaneira da Secretaria da Receita Federal em todo território nacional.		
	2004 - Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empregados, militares e seus dependentes	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.	Não consta no cadastro.	0,65%
	00M1 - Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-Funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-Natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.	Não consta no cadastro	0,22%

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP.

## 2 GESTÃO DO SUPRIMENTO DE BENS/SERVIÇOS

### 2.1 PROCESSOS LICITATÓRIOS

#### 2.1.1 OPORTUNIDADE DA LICITAÇÃO

##### 2.1.1.1 INFORMAÇÃO

**Processos licitatórios em conformidade com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle.**

#### Fato

Durante a análise de sete processos licitatórios, no valor de R\$ 1.058.240,51, observou-se que os procedimentos adotados estavam compatíveis com a legislação aplicável e orientações emanadas pelos órgãos de controle, conforme amostra abaixo descrita:



**Quadro 6 – Processos licitatórios analisados**

<b>Nº do Processo</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor (R\$)</b>
10752.720114/2014-34	Fornecimento de imobiliário	482.660,30
19615.720246/2014-13	Fragmentadoras	210.280,00
19713.000025/2013-28	Serviços de telefonia fixa comutada para chamadas longa distâncias nacional e serviço de telefonia móvel local	108.308,84
10166.000595/2014-78	Aquisição de fita adesiva com logomarca da Receita Federal, fita adesiva transparente em celofane, fitas de lacração de veículos e lacres de segurança.	97.799,60
10166.001194/2014-35	Aquisição de caixas de papelão	61.781,49
10752.000118/2011-50	Pacote de dados móveis 3G	52.113,29
11080.000596/2014-25	Colete balístico	45.296,99

Fonte: Siafi Gerencial.

Entretanto falhas na formalização dos processos foram identificadas. Temos como exemplo: garantia apresentada fora do prazo sem a aplicação de sanção, documento solicitando a emissão da NE com especificação do objeto incorreta, relatórios cuja apresentação era obrigatória após o recebimento da Nota de Empenho não constavam do processo do participante da Ata de Registro de Preço, bem como em alguns processos os levantamentos dos quantitativos a serem adquiridos também não constavam do processo derivado.

Em que pese tais falhas não comprometam a legalidade do processo, uma vez que os documentos constavam no processo original de aquisição da própria RFB, a garantia não deixou de ser apresentada, a NE foi emitida com os dados corretos, etc., elas podem gerar dúvidas ou questionamentos que poderiam ser sanados com a regular formalização do processo.

Cabe ressaltar também que parte dos processos analisados constava do Plano Nacional de Aquisições – PNA, instituído em 10 de abril de 2014, por meio da Portaria RFB nº 920.

Criado frente a necessidade de gerenciar estratégica e nacionalmente as suas aquisições e organizar demandas de todas as unidades o PNA tem por objetivo aumentar a eficiência logística da Instituição, otimizar os recursos orçamentários e humanos, estabelecer padrões de qualidade nos materiais e obter significativos ganhos de escala.

Conforme informado no Ofício nº 24/2015-RFB/AUDIT/Diaex, o projeto foi iniciado em 2013 e por meio de um levantamento do histórico de aquisições no ano de 2012 foram selecionados os objetos mais comumente adquiridos. Os quantitativos tomaram por base o diagnóstico das necessidades de todas as unidades gestoras da RFB, e após a consolidação dos dados, estes foram estabelecidos em razão da estimativa das despesas e a adequação aos recursos disponíveis.

A metodologia de compra do PNA foi definida para a utilização do Sistema de registro de Preços (SRP), no qual cada unidade responsável pela licitação figurou como órgão gerenciador, e as demais Regiões Fiscais, como órgão participantes.



A definição das unidades responsáveis pela licitação por item a ser adquirido levou em consideração: complexidade prevista em cada procedimento, conforme natureza da aquisição; eventual sobrecarga de trabalho de alguma Região Fiscal, decorrente de grandes projetos em execução e; expertise de cada unidade descentralizada na compra de determinados itens.

Após a análise das aquisições realizadas tendo por base o PNA, nota-se que a iniciativa mostrou-se eficaz, contudo há margem para melhora da execução e formalização. Como já relatado, é importante que as participantes estejam com todas as informações pertinentes no processo de forma que não seja necessário consultar o original para verificar a legalidade da aquisição.

Além disso, com o objetivo de aumentar a eficiência e eficácia seria interessante realizar levantamentos que levassem em conta a influência das aquisições nos resultados da Unidade, pois se observa a falta de estudos mais detalhados para se definir o quê e o porquê comprar, resultando em licitações baseadas em série histórica e em adequação da demanda de cada unidade à realidade orçamentária da UO.





Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

**Certificado:** 201502924

**Unidade(s) Auditada(s):** SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 1ª REGIÃO FISCAL

**Ministério Supervisor:** MINISTERIO DA FAZENDA

**Município (UF):** BRASÍLIA/DF

**Exercício:** 2014

1. Foram examinados os atos de gestão praticados entre 01/01/2014 e 31/12/2014 pelos responsáveis das áreas auditadas, especialmente aqueles listados no artigo 10 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010.
2. Os exames foram efetuados por seleção de itens, conforme escopo do trabalho informado no Relatório de Auditoria Anual de Contas, em atendimento à legislação federal aplicável às áreas selecionadas e atividades examinadas, e incluíram os resultados das ações de controle, realizadas ao longo do exercício objeto de exame, sobre a gestão da Unidade auditada.
3. Diante do exposto, proponho que o encaminhamento das contas dos integrantes do Rol de Responsáveis seja pela **regularidade**.

Brasília (DF), 21 de agosto de 2015.

Coordenador-Geral de Auditoria da Área Fazendária II

# Parecer de Dirigente do Controle Interno



Presidência da República - Controladoria-Geral da União - Secretaria Federal de Controle Interno

**Parecer:** 201502924

**Unidade Auditada:** SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RFB NA 1ª REGIÃO FISCAL

**Ministério Supervisor:** MINISTÉRIO DA FAZENDA

**Município/UF:** BRASÍLIA/DF

**Exercício:** 2014

**Autoridade Supervisora:** JOAQUIM LEVY

Tendo em vista os aspectos observados na prestação de contas anual do exercício de 2014 da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 1ª REGIÃO FISCAL (SRRF 01), expresso a seguinte opinião acerca dos atos de gestão com base nos principais registros e recomendações formulados pela equipe de auditoria.

Entre os aspectos positivos na gestão da SRRF 01, no exercício de 2014, destaca-se o processo de qualificação e capacitação da força de trabalho, orientado para o aprimoramento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ao desempenho das funções dos servidores, visando ao alcance dos objetivos estratégicos da Unidade.

No decorrer dos trabalhos de auditoria, não foi identificada a ocorrência de fatos que ensejam recomendações, tendo sido verificada a devida formalização e regularidade dos processos licitatórios realizados pela SRRF 01, bem como a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental em suas contratações, quando cabíveis.

Com relação ao atendimento e acompanhamento das recomendações da CGU, cabe mencionar que não havia recomendação do Controle Interno pendente de implementação pela Unidade.

Quanto aos controles internos, verificou-se, na área de gestão de pessoas e de processos licitatórios, a adequação desses controles administrativos. Relativamente à gestão do patrimônio imobiliário e à política de acessibilidade identificou-se falhas formais, no entanto, as medidas para sanear tais questões já estão sendo adotadas pela SRRF 01 e tais achados não comprometem os controles internos da Unidade.

Assim, em atendimento às determinações contidas no inciso III, art. 9º da Lei n.º 8.443/92, combinado com o disposto no art. 151 do Decreto n.º 93.872/86 e inciso VI, art. 13 da IN/TCU/N.º 63/2010 e fundamentado no Relatório de Auditoria, acolho a conclusão expressa no Certificado de Auditoria. Desse modo, o Ministro de Estado supervisor deverá ser informado de que as peças sob a responsabilidade da CGU estão inseridas no Sistema e-Contas do TCU, com vistas à obtenção do Pronunciamento Ministerial de que trata o art. 52, da Lei n.º 8.443/92, e posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.

Brasília/DF, 21 de agosto de 2015.

Diretor de Auditoria da Área Econômica